

LEI Nº 2.333, DE 30 DE AGOSTO DE 2021.



**Estabelece regras para a regulamentação da Obrigação de Pequeno Valor para este Município, e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Piraí do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica definido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para fins de fixação de Obrigação de Pequeno Valor no âmbito deste Município de Piraí do Sul, em razão de condenação transitada em julgado.

§ 1º O valor definido no caput deste artigo será corrigido anualmente, mediante Decreto, através dos índices oficiais de recomposição inflacionária, sempre no mês de março de cada ano.

§ 2º Para fins de cumprimento do artigo 100, § 4º da Constituição Federal, em havendo alteração do maior valor pago pela Previdência Social, não supridos pela correção estipulada no § 1º, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a alterar o valor fixado no caput deste artigo, mediante Decreto.

**Art. 2º** Até a homologação judicial da conta no processo judicial do qual se origina a OPV, mediante concordância expressa da parte adversa e do Juiz da causa, poderá ser abatido do valor original da condenação da Fazenda Pública, a título de compensação, o valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública deste Município de Piraí do Sul, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

**Art. 3º** O pagamento da obrigação de pequeno valor será realizado pela Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor).

Parágrafo único. O órgão do Município que receber a intimação para quitação da Obrigação de Pequeno valor efetuará o envio da intimação para a Secretaria Municipal de Fazenda, a qual promoverá as diligências necessárias para seu adequado cumprimento.

**Art. 4º** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º, o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito

excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 5º** Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se expressamente a Lei Municipal nº 1759/2010 e demais disposições em contrário.

Paço Municipal Ramis Gabriel Cury, 30 de agosto de 2021.

HENRIQUE DE OLIVEIRA CARNEIRO  
Prefeito Municipal

[Download do documento](#)